



**Universidade Federal de Campina Grande**  
**Centro de Humanidades**  
**Unidade Acadêmica de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**LÍVIA MARIA DE PONTES NASCIMENTO**

**ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DOUTOR HORTÊNCIO DE SOUSA RIBEIRO:  
PERCURSO HISTÓRICO (1980-1989)**

**Campina Grande- PB**

**Novembro de 2022**

**LÍVIA MARIA DE PONTES NASCIMENTO**

**ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DOUTOR HORTÊNCIO DE SOUSA RIBEIRO:  
PERCURSO HISTÓRICO (1980-1989)**

**Linha de Pesquisa: HISTÓRIA, POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL**

**Prof.<sup>a</sup> Orientadora: Professora Melânia Mendonça Rodrigues**

**Campina Grande- PB**

**Novembro de 2022**

*Dedico a*

*Maria do Livramento, Antônio e Cícero Emídio.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais por todo o apoio e luta para que eu tivesse uma boa educação e formação escolar/acadêmica e que estiveram ao meu lado durante essa jornada.

Este trabalho é a realização de um sonho e fruto de uma grande luta. No momento em que finalizo esta dissertação, enfrento uma batalha contra a depressão e o transtorno de ansiedade que em muito me atrapalharam neste processo de término da pesquisa.

Sou imensamente grata à todos os amigos que me auxiliaram durante o curso de mestrado. Agradeço à Yasmim, que foi minha parceira de pesquisa, de viagens e conversas. Minha gratidão também à Luciana, Haveskill e Silvana, que mesmo sendo alunos da linha 2 do curso, sempre foram muito carinhos e acessíveis quando eu precisava.

Agradeço de todo o coração a minha orientadora Profa. Dra Melânia Mendonça Rodrigues pela parceria na construção da pesquisa e pela paciência durante esse tempo. É uma honra ter sido orientada por uma referência na pesquisa em história da educação e em instituições escolares. Muito obrigada!

Agradeço também a Letícia, minha amiga/irmã que mesmo longe, me incentiva e torce por mim!

Por fim, e não menos importante, agradeço a todos os docentes que fizeram parte dessa caminhada.

Gratidão a todos que estiveram comigo!

Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi  
Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci  
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi

Decoreba: Esse é o método de ensino  
Eles me tratam como ameba e assim eu não raciocino  
Não aprendo as causas e consequências só decoro os fatos  
Desse jeito até história fica chato  
Mas os velhos me disseram que o porquê é o segredo  
Então quando eu não entendo nada, eu levanto o dedo

Gabriel O Pensador



## RESUMO

A escola é permeada por muitos sujeitos, que atuam em uma diversidade de papéis, com seus itinerários de vida, de destinos, de expectativas e de memórias. Entendemos que uma forma particular de memória são os registros escritos e vivências de itinerários de vida dos agentes de ensino e instituições educativas. Pensando nisso, tomamos por objeto desta pesquisa a atuação do Programa PREMEN na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro, localizada na cidade de Campina Grande. Para isso, buscamos no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e Fundação Casa de José Américo de Almeida, entre outros arquivos públicos, por fontes que nos direcionassem a construção da referida escola. Por haver familiaridade com a instituição por ter cursado os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio completo e, também, por ter sido campo de estágio supervisionado durante a graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), surgiu a necessidade de se investigar a instituição.

**Palavras-chave:** Instituições escolares; PREMEN, História da Educação.

## ABSTRACT

The school is permeated by many subjects, who act in a diversity of roles, with their life itineraries, destinations, expectations and memories. We understand that a particular form of memory are the written records and experiences of life itineraries of teaching agents and educational institutions. Thinking about it, we take as object of this research the performance of the PREMEN Program in the State High School Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro, located in the city of Campina Grande. For this, we searched in the Waldemar Duarte Historical Archive and Casa de José Américo de Almeida Foundation, among other public archives, for sources that directed us to the construction of said school. For being familiar with the institution for having attended the final years of elementary school and complete high school and also for having been a field of supervised internship during the graduation in History at the State University of Paraíba (UEPB) need to investigate the institution.

**Keywords:** School institutions; PREMEN, History of Education.



## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1- Fragmento do parecer do CFE 45/72**

**Figura 2 – Fragmento de publicação do Diário Oficial de junho de 1975**

**Figura 3 – O governador Tarcísio Burity, o prefeito Enivaldo Ribeiro na assinatura do convênio com o Ministério do Interior**

**Figura 4 – Manchete do jornal A União de janeiro de 1978**

**Figura 5 – Termo de aditamento das obras da escola (parte I)**

**Figura 6 – Termo de aditamento das obras da escola (parte II)**

**Figura 7- Imagem do decreto de criação da escola**

**Figura 8 – foto da escola publicada em abril de 1980**

**Figura 9 – Presença do governador Burity na inauguração da escola em abril de 1980**

**Figura 10 - Manchete do jornal A União do dia 06 /04/1980**

## LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional da Habitação

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

COMDECA – Companhia de Desenvolvimento de Campina Grande

COCAP - Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso

CONTAP - Conselho Técnico da Aliança para o Progresso

EP- Escola Polivalente

EPEM - Equipe de Planejamento do Ensino Médio

GP - Ginásio Polivalente

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OEA - Organização dos Estados Americanos

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNCCPM - Programa Nacional para Capitais e Cidades de Porte Médio

PREMEM - Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio

PREMEN - Programa de Extensão e Melhoria do Ensino

Projeto CURA - Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

USAID - *United States Agency for International Development*

## **SUMÁRIO**

### **1.INTRODUÇÃO**

### **2. O ENSINO MÉDIO NA DITADURA EMPRESARIAL- MILITAR (1964-1985)**

#### 2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

#### 2.2 A REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS – EDUCAÇÃO PROPEDEÚTICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

### **3. FORMANDO PARA O TRABALHO: O PROGRAMA DE EXTENSÃO E MELHORIA DO ENSINO (PREMEN)**

#### 3.1 CONFERÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO: ESTABELECENDO OS ACORDOS MEC- USAID PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

#### 3.2 O PROGRAMA DE MELHORIA DO ENSINO MÉDIO (PREMEM)

### **4. ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DOUTOR HORTÊNSIO DE SOUSA RIBEIRO: UM NOVO MODELO EDUCACIONAL**

#### 4.1 CAMPINA GRANDE E AS ALIANÇAS PARA O CRESCIMENTO

#### 4.2 A ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU DOUTOR HORTÊNSIO DE SOUSA RIBEIRO

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **REFERÊNCIAS**



## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual de 2º Grau Doutor Hortênsio De Sousa Ribeiro, atual Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro - PREMEN foi fundada em 11 de abril de 1980, tendo recebido esse nome em homenagem ao Professor Hortênsio de Sousa Ribeiro, falecido em 1961. A escola tinha como finalidade ofertar apenas o ensino do 2º grau (ensino médio atualmente), conforme o acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Estado da Paraíba.

Criada a partir do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), a instituição tinha como objetivo, *a priori*, atender, mediante a oferta de cursos profissionalizantes, a demanda educacional da cidade de Campina Grande que começava a ser firmada como “cidade universitária”, nesse momento, as investimentos maiores estavam nos setores de educação, turismo e serviços (SILVA, 2016). O PREMEM foi fruto de um dos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, firmados, durante as décadas de 1960 e 1970, ora entre a *United States Agency for International Development* (USAID) e as unidades da federação brasileira, ora entre a USAID e o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A partir desses acordos, foram feitas mudanças no sistema educacional brasileiro, no ensino primário, secundário e superior, no ensino técnico profissionalizante e na alfabetização de adultos. De acordo com o decreto nº 63.914 de dezembro de 1968, essas intervenções incluíam prioritariamente a construção de prédios, compra de mobiliários, treinamento de professores e técnicos e concessão de bolsas de estudo.

O convênio assinado, em 1965, entre o MEC e a USAID foi o primeiro direcionado à reforma do ensino de primeiro e segundo graus no Brasil. Foram esses convênios de reforma da educação básica que deram origem ao projeto dos Ginásios Polivalentes, inspirados e assessorados pelo sistema educacional estadunidense. (ARAPIRACA, 1979)

Segundo Arapiraca (1979), essa assessoria educacional estadunidense, aparece em vários aditivos do decreto que provê o Programa PREMEM, tornando-se permanente, como no caso da criação da Equipe de Planejamento do

Ensino Médio (EPEM) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). O grupo inicial era composto por oito pessoas, sendo quatro representantes estadunidenses e quatro brasileiros, número que foi ampliado para seis educadores (após treinamento nos Estados Unidos) designados a partir dos aditivos de junho de 1966 do convênio de Assessoria para Expansão e Aperfeiçoamento do Quadro de Professores de Ensino Médio no Brasil. Com o objetivo de planejar o ensino primário e o secundário, a Equipe atendeu a vários estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, durante dois anos.

Em 1968, foi firmado novo convênio entre o MEC e a USAID, para supervisionar a execução da parte estrutural e quantitativa (número de cursos e ofertas de vagas) e aperfeiçoar o programa da EPEM. Nesse acordo, foi constituído o PREMEM. Composto por seis membros, a esse grupo de planejamento do ensino, coube a tarefa de planejar uma escola, tendo como referência a *high school* estadunidense, além de realizar o treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais<sup>1</sup> desse novo modelo de escola que se planejava – os Ginásios Polivalentes (GPEs) que estavam incluídos no decreto 63.914/68.

A partir de 1972, a EPEM integrou-se à estrutura de planejamento do MEC e foi incorporada ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) que trazia, como principal objetivo, aumentar o acesso e continuidade ao ensino de segundo grau e o ensino profissionalizante, priorizando a formação de pessoas aptas ao mercado de trabalho, considerando o contexto de industrialização do país.

O PREMEM foi desenvolvido da segunda metade da década de 1960 até 1972, a partir de quando, por meio do Decreto n. 70.067, de 26 de janeiro, foi designado como Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), mantendo, no entanto, a mesma função do Programa anterior: promover a aplicação dos recursos provenientes dos convênios MEC/USAID. De acordo com o decreto de nº 70.067 de 26 de janeiro de 1972, o propósito quantitativo do PREMEN era aperfeiçoar o sistema de ensino do primeiro e segundo graus, por meio da ampliação da oferta de matrículas. Seriam construídas novas escolas de primeiro

---

<sup>1</sup> Disciplinas destinadas à sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho. (CUNHA, 2000, p. 174)

grau e implantado o segundo grau e profissionalizante nas escolas já existentes, aumentando assim o número de acessos à escola.

No aspecto qualitativo, Pedrosa e Bittencourt Jr (2015) apontam que o PREMEM propunha alternativas de reformulação da estrutura da escola média, por meio da implantação, em larga escala, de um modelo de escola do primeiro grau – os Ginásios Polivalentes (GPE)s –, na crença de que este produziria impacto renovador no quadro rotineiro e inadequado do ensino no nível em questão. Baseados nas escolas “modelo”, em cidades-polo, esperava-se que a experiência se espalhasse, influenciando toda a rede escolar. O aluno iria da sala de aula ao laboratório e às oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando vocações, para quando ingressar no segundo grau, decidir-se pela sua profissão. (ARAPIRACA, 1979)

Analisando o objetivo da educação nesse período a partir do programa PREMEN, percebemos a consolidação de uma política que limita o acesso dos filhos da classe trabalhadora ao ensino superior, ampliando o acesso ao ensino profissionalizante, fazendo com que sua formação fosse de caráter utilitarista que seria justificada pelo Conselho Federal de Educação segundo Arapiraca (1979, p.221):

Para ele o projeto PREMEN, a partir da visão pragmática do saber fazer, ‘visa proporcionar ao aluno experiências que desenvolvem atitudes e capacidades de trabalho adequados à preparação do jovem para a sociedade industrial em que vivemos’. O que se pretende, em verdade, com essas observações é introduzir o aluno em áreas vocacionais a serem desenvolvidas ulteriormente.

Pelo exposto, acredita-se ser relevante a pesquisa ora proposta, tendo por objeto a atuação do Programa PREMEN na Escola Estadual de 2º grau Doutor Hortênsio de Sousa Ribeiro, que foi criada em 1980. Essa instituição é fruto do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino (PREMEN) elaborado em 1972, que incorporou o programa PREMEM (1968).

Como justificativa para a presente pesquisa temos, em primeiro lugar, a perspectiva de contribuir com as pesquisas em história das instituições escolares,

em especial, das escolas públicas campinenses, campo em que a produção acadêmica é bastante exígua, conforme comprovamos no levantamento da produção acadêmica e também no campo das políticas educacionais pois não se podem desassociar.

Em segundo lugar, há a motivação afetiva para a realização deste trabalho, por conta da familiaridade com a instituição, na qual esta pesquisadora cursou os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio completo e, também, por ter sido seu campo de estágio supervisionado, durante a graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Este campo de pesquisa é relativamente novo para mim, pois durante minha graduação em história, minha pesquisa foi sobre música e cultura juvenil na década de 1960, só conheci a pesquisa em instituições escolares durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), quando ingressei no grupo PET e fui convidada pela Profa. Niédja Maria e a Profa. Melânia Rodrigues, a fazer parte do grupo de estudos sobre a Escola Normal Padre Emídio Viana Correia (ENE/CG). Considerando esses dois aspectos, surgiu a necessidade de se investigar a instituição.

Considerando que o objeto da pesquisa é a atuação do programa PREMEN na Escola Estadual de 2º grau Doutor Hortênsio de Sousa Ribeiro pois, considera-se relevante tecer algumas reflexões sobre a investigação sobre a história das instituições escolares.

Para se trabalhar com a história das instituições escolares, o educador precisa partir de alguns pressupostos teórico-metodológicos que contemplem as complexas relações entre trabalho e educação; compreender a relação entre o particular o geral; olhar para a instituição educativa como possibilidade interpretativa e não apenas descritiva. Buffa (2002, p. 27) apresenta algumas categorias para a investigação:

Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino



provável. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.

Com base no exposto, nos propomos a construir a pesquisa com base no materialismo histórico-dialético que nos permite entender a educação como instrumento de produção e reprodução social, elencamos como categoria de análise as seguintes: contextualização, historicidade, contradição e mediação, na intenção de compreender e responder às seguintes questões: quais os fatores que influenciaram na criação dessa Escola? Por que ela foi criada como escola de 2º grau, se o programa priorizava a construção e a expansão de escolas polivalentes? Considera-se que essas categorias nos auxiliam na compreensão da realidade, seus fenômenos em sua historicidade. Para isso, nos apoiamos em NETTO (2006); CURY (1985) e KONDER (2008).

Buscando responder a tais questões, a pesquisa tem, como objetivo central, investigar a atuação do PREMEN no processo de criação e funcionamento da Escola Estadual de 2º grau Doutor Hortênsio de Sousa Ribeiro e, como objetivos específicos: explicar a sua criação, a partir dos aspectos sócio históricos de Campina Grande, nos anos 1980 e discutir suas finalidades pedagógicas, sociais e políticas, considerando o programa do qual ela fazia parte (PREMEN).

Uma das possibilidades de reconstrução do passado escolar só é possível ao vasculhar a História das Instituições Educacionais, segmento que têm ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórica e as fontes constituem tanto à produção da história quanto à minimização dos riscos de mera reprodução de dados artificiais e descontextualizados. Neste sentido, consideram-se fontes históricas escolares a serem sistematizadas, interpretadas e descritas, os seguintes elementos: aspectos de identidade da criação da Instituição Escolar, quais sejam, documentos legais de sua criação e funcionamento, documentos administrativos comprobatórios, como registros de matrícula, atas de reuniões, entre outros. Sobre os documentos, Nogueira (2012, p.11) reflete:

Esses documentos do cotidiano escolar constituem fontes documentais que confrontados com as fontes bibliográficas possibilitam uma análise mais acurada do contexto em que se

insere a história institucional de determinada unidade escolar. Logo, buscar fontes relevantes à história das instituições escolares é um desafio para o pesquisador, porém não é algo que deve impedir o trabalho pretendido, pois são várias as fontes a se buscar para a construção da história. Nessa direção, as fontes orais constituem uma das alternativas legítimas a se empreender na busca da preservação da memória histórica das escolas.

Com o objetivo de contextualizar a escola histórica e socialmente, foi realizada uma pesquisa documental em fontes oficiais e públicas, que definem ações para a rede estadual de ensino e para a escola em questão, como os decretos que oficializam a implementação do programa PREMEN, ofícios de liberação de verbas destinadas a construção da escola e registros de inauguração e funcionamento da instituição. Dentre essas fontes, conseguimos localizar o decreto de criação da escola, além de registros no jornal “A União” da assinatura do acordo entre o MEC, o governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura de Campina Grande para o recebimento da verba do convênio e no ato de inauguração da escola Hortênsio de Sousa Ribeiro e publicações no Diário Oficial de União referentes à assinatura do acordo em o MEC/USAID e o governo da Paraíba, assinatura do contrato com a construtora Mota Machado LTDA e mudança de materiais e prazos da finalização da construção da escola.

Foram realizadas revisões de literatura em torno na história das instituições escolares, acordos MEC-USAID e educação profissionalizante encontrados no banco de dados da Scielo e na plataforma Google Acadêmico, utilizando como palavras-chave: PREMEN e/ou PREMEM; instituições escolares; escolas PREMEN e Acordos MEC/USAID.

Já foram realizadas leituras sobre instituições escolares, os acordos MEC-USAID e a atuação do programa PREMEM em outros estados como:

- O Ensino Médio na Bahia e os Ginásios/Escolas Polivalentes. Alda Quintino dos Santos. Dissertação de Mestrado em Educação. UFBA, 2010.
- A Primeira Escola Secundária Pública de Cascavel: o Ginásio Wilson Joffre (1960-1980). Valdecir Antonio Nath. Dissertação de Mestrado em Educação. UNIOESTE, 2013.

- Memória e Cotidiano Escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978). Thaisy Lanny de Albuquerque. Dissertação de Mestrado em História. UFCG, 2011.
- O grupo Escolar Elizeu Campos de Mirandiba- PE (1930-1990). Tulane Silva de Souza. UFPE, 2017.
- OLHA O RAPA: os Feirantes e as Artes do Saber Fazer o Cotidiano na Feira Central de Campina Grande (1970-1983). Sâmala Sonaly Lima Oliveira. UFCG, 2012.
- “MENTE SÃ EM CORPO SÃO”: a Cultura Física no Colégio Estadual de Campina Grande, (1966- 1978). Nita Keoma Lustosa de Sousa. UFCG, 2018.

Com base nessas leituras sobre instituições escolares decidimos construir este trabalho da seguinte forma dividido em três partes, organizadas em capítulos. O primeiro traz a contextualização sobre a escola pública no Brasil, apontando o contexto político, social e educacional do Brasil no momento da ditadura empresarial-militar, analisando a dicotomia entre escola propedêutica (ofertada para a elite) e a escola profissionalizante, destinada a classe trabalhadora e por fim, discutindo o plano de educação nacional durante a ditadura empresarial-militar no país. No segundo capítulo, discutimos o programa PREMEM, o contexto de criação do programa e do projeto, o papel dos acordos internacionais na educação do Brasil e sua influência na política educacional e o Projeto de Extensão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e sua aplicação. E no último capítulo, discutiremos a história da Escola Estadual de 2º grau Doutor Hortênsio de Sousa Ribeiro, sua articulação com o programa PREMEN analisando o contexto estadual e municipal do momento em que foi construída e implementada.

## 2. O ENSINO MÉDIO NA DITADURA EMPRESARIAL- MILITAR

O Regime Militar possuiu duração de vinte e um anos, iniciando-se em 1964 e prolongou até meados de 1985. Como dizem Schwarcz e Satrling (2018, p. 453):“Uma ditadura é formada por mandantes arbitrários, opositoristas tenazes e uma população que precisa sobreviver – parte dela atravessou em silêncio, com medo ou apenas conformada com o tempo do arbítrio.”

Nesse clima de mudanças políticas e econômicas que beneficiaram os empresários e os militares, percebe-se o quanto o controle da classe trabalhadora foi importante para a consolidação das desigualdades sociais.

O objetivo deste capítulo é apresentar as relações entre o Estado Militar e a educação brasileira durante a sua duração, compreendendo as reformas educacionais e como elas atendiam aos propósitos políticos da ditadura, implementando a pedagogia tecnicista.

### 2.1 CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

Em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964, em que se travaram disputas políticas entre dois projetos de sociedade para o País:

um nacional-reformista e outro liberal-conservador, o Brasil passou a acompanhar alterações em sua estrutura política, econômica e social, seguindo-se importantes articulações políticas para criar uma base institucional e dar uma aparência de legitimidade ao novo regime, ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de perseguição aos membros mais “ameaçadores” do antigo governo e a simpatizantes do Partido Comunista. (NAPOLITANO, 1998, p. 14).

Destacamos que o predomínio de um projeto liberal-conservador, disseminado principalmente através de ideias que tentavam cogitar um projeto de país autônomo e soberano, levou ao poder militares e tecnocratas, apoiados principalmente pelas burguesias estrangeira e nacional, por latifundiários e parte da classe média. A partir dessa tomada do poder, as forças sociais e políticas que assumiram o Governo do País e, a partir de 1964, tiveram como uma das suas primeiras tarefas assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa.

Neste sentido, podemos perceber que o fantasma de uma ameaça comunista foi incrementado e associado ao temor pela perda dos privilégios por parte de uma

classe média recém-integrada ao chamado mercado de consumo. Com o desenvolvimento de uma concepção de existência de um inimigo interno, passou a ser imposta uma remodelação da estrutura, idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, com o intuito maior de reforçar o aparato anti-subversão (GASPAROTTO, 2008).

Considerando a relação direta entre a opção ideológica do Governo pela Doutrina de Segurança Nacional e os planejamentos econômicos, pela intenção de se potencializar o modelo de acumulação capitalista, baseado em uma forte e determinante interferência do Estado, e que, ao mesmo tempo, pudesse garantir a atração de investimentos, através do estabelecimento e manutenção da ordem no país.

Buscando alcançar uma superação da crise econômica que repousava pelo País, desde o início da década de 1960 e, sobretudo, elaborar uma justificativa para permanecer no poder, o Governo configurou um projeto que se pretendia desenvolvimentista, capaz de favorecer a acumulação capitalista nas mãos de grupos burgueses, tanto nacionais como internacionais. Para isso, contou com a presença de tecnocratas em importantes ministérios, como os da Fazenda e do Planejamento, que se responsabilizaram por empreender um Plano de Ação Econômica para o Governo, pautado essencialmente no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico brasileiro, através da abertura ao capital estrangeiro. Desse modo, como salientou Lago (1990, p. 233),

os sete anos de 1967 a 1973, em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda, podem ser examinados como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes.

Nesse contexto, a maior aposta da economia eram as indústrias. Padrós e Fernandes (2009, p.47- 48) consideram:

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova

estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos.

A política estimulava a produção de bens de consumo duráveis e deixava de lado outros setores que necessitavam uma maior injeção de recursos e atenção do Governo, tais como a educação e a saúde, por exemplo. Como uma, dentre as consequências geradas por esse novo modelo econômico, podemos destacar o aumento das desigualdades sociais já que a produção interna não visava o saneamento das necessidades básicas da população em geral, mas sim os interesses do mercado externo, como também de a parcela da população interna com maior poder aquisitivo.

Segundo estudo desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), alguns dos principais aspectos da crise econômica podiam ser expressos a partir da:

estagnação da produção industrial, a ocorrência, quase que generalizada, da capacidade ociosa nos ramos produtivos mais importantes, o insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais, a queda dos salários reais, a especulação financeira, a redução drástica dos investimentos públicos e privados e a obsolescência da matriz tecnológica (ALMEIDA, 1990, p. 11).

O “milagre econômico brasileiro”, assim, ficou tradicionalmente denominado por constituir uma fase em que a economia do País alcançou altos índices de crescimento para uma pequena parte da população brasileira e, de certo modo, foi o suficiente para fazer com que o Governo organizasse um aparato propagandístico para divulgar que o Brasil estava caminhando em direção ao progresso.

Podemos considerar, também, que essa fase de crescimento econômico pode ter servido como uma estratégia de legitimação do Governo perante a população brasileira. Esta ideia pode ser observada através da seguinte passagem:

Uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país” (CORDEIRO, 2009, p. 86).

Cabe ressaltar que, o desenvolvimento de uma propaganda em torno do “milagre econômico” pode ser vista e interpretada como uma forma de ofuscar a política repressiva desenvolvida durante esse período e a maneira de conduzir a educação da classe trabalhadora. Os Militares associaram a força ou domínio do Estado com a busca do consenso popular direcionando o seu governo para uma hegemonia baseada na consolidação de uma identidade entre oprimidos e governantes no intuito de modelar a vida privada da classe dominada consoante à ideologia dos detentores do poder.

Ao assumirem o poder, os militares implantaram a ditadura, configurando uma hipertrofia do Poder Executivo uma vez que, segundo GERMANO, (1993, p.18) “...estávamos diante de um Poder Legislativo que não legisla e um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme vontade e conveniência do Executivo.” Contrariando, desta sorte, o princípio constitucional do sistema dos freios e contrapesos do Estado democrático, fundado na igualdade idealizado por Montesquieu, o qual preconizava uma igualdade hierárquica entre os poderes de tal forma que nenhum se sobrepusesse ao outro. Como mostram Schwarcz e Satrling (2018, p. 448-449) sobre as mudanças estruturais no sistema político:

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.

Para IANNI (1986, p.35), a ditadura empresarial-militar respondeu, tanto “às determinações básicas do capital como às reivindicações dos movimentos sociais e partidos políticos de base popular”. Deste modo, deve-se analisar o Estado juntamente com a estrutura da sociedade, das suas classes sociais e das aparentes contradições, avaliando as diferentes conjunturas históricas que permearam o bloco histórico formado por essa classe detentora do poder.

Foi imposto ao país numa conjuntura de inquietação política e movimentação oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas do pré-1964 e início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária. (Schwarcz e Satrling, 2018, p. 455)

É importante, ao estudar o período recortado (1966-1978), avaliar as relações entre a sociedade política e a sociedade civil identificando quais foram às bases sociais de sustentação do Regime em cada conjuntura, assim como os movimentos oposicionistas, ora ressaltando os conflitos interno, dentro da própria classe dominante, ora observando as incongruências entre os próprios militares.

Para se estudar o projeto educacional do Estado Militar no período em questão, torna-se imprescindível o entendimento da política educacional imposta pelo Regime como estratégia voltada para o “desenvolvimento econômico” com o intuito de modificar a relação das forças sociais. Essa política demonstrou a unidade entre a política social e econômica nas relações entre o Estado e a economia.

Os militares praticaram uma política educacional valendo-se do Aparelho de Ensino para atender a demanda das classes sociais menos favorecidas e também para atenuar conflitos/pressões das alas opositoras.

Se por um lado os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro deixaram de fornecer a escolarização e qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado capitalista, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares sofredoras da exclusão social.

Houve neste período, uma acumulação de capital baseada na desigualdade social firmada por uma política social excludente das classes populares, fato que era assegurado pela violenta repressão política. O Estado militar foi o responsável por



uma grande melhoria dos índices de crescimento econômico do país, no entanto, observou-se uma das maiores taxas de concentração de renda até então existente no Brasil.

Cabe ainda destacar que, em nome da ideologia da Segurança Nacional, o Estado permitia os militares intervirem em todas as esferas da vida do brasileiro de forma cada vez mais contundente, principalmente na área econômica. O Estado brasileiro assumiu uma forma ditatorial que, segundo STOPPINO (1986, p.373), “O Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade”.

A atuação da ditadura empresarial-militar manifestou-se segundo seu interesse de repressão e controle ideológico político do ensino, com objetivo de eliminar toda e qualquer forma de crítica para consolidar seu projeto de dominação. O terrorismo cultural também está nos planos dos militares, tanto que nas palavras do Coronel Darcy Lázaro a respeito dos movimentos culturais, deixa clara a posição de governo em relação a tal tema: “Se esta história de cultura vai nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos” (GERMANO, 2011, p. 105).

De acordo com José Willington Germano (2011, p. 106):

A política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico. No Brasil pós-1964 podemos afirmar que, no essencial ela foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares.

Deste modo o regime incentiva a participação do privado na expansão do próprio sistema educacional e desqualifica a escola pública. Num apanhado geral as reformas educacionais do período militar, concentraram-se de forma sintética nas seguintes ações: Reforma Universitária, acordo MEC/USAID, unificação da Escola primário/ginásio, implantação da disciplina Educação Moral e Cívica, eliminação de disciplina de filosofia e sociologia, implantação da língua inglesa, ensino obrigatório de 7 a 14 anos, ensino profissionalizante, rompimento com Educação Popular, exilando Paulo Freire, no Chile, instalação a educação tecnicista: com objetivo a neutralidade científica, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e

produtividade. O sistema de gestão no Brasil estava em adaptação do ensino, agora, voltado a uma mentalidade empresarial tecnocrata (SAVIANI, p.381, 2010).

## 2.2 A REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS – EDUCAÇÃO PROPEDEÚTICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Com o Golpe de 1964, resultado do alinhamento entre classes burguesas e militares, a estratégia usada como saída da crise e para facilitar a implantação definitiva do capitalismo econômico, se impôs à nação um regime ditatorial, se restringiu direitos políticos, assim se iniciou o processo de aceleração do desenvolvimento dependente do capital externo, apresentado como caminho para o crescimento econômico (LUSTOSA, 1974, p. 86).

As ações do comando militar, no campo da educação, apresentaram-se como prioridade, pois o regime tinha pressa na execução de seus planos. “Consumado o golpe militar, o IPES<sup>2</sup> se dedicou a organizar um simpósio sobre a reforma da educação. Preparado nos meses de agosto a novembro, o simpósio se realizou em dezembro de 1964” (SAVIANI, 2008). Tal evento tinha por objetivo assegurar, através da educação, o aumento da produtividade nas atividades industriais e da renda da classe média urbana do país. Diante desta ambiciosa meta, a educação primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Já o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país. Ao ensino superior, eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os novos dirigentes do país (SOUZA, 1981, p. 67-68).

Segundo Demerval Saviani (2008) fala sobre as reformas educacionais:

A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integrarão as reformas de ensino do governo militar.

---

<sup>2</sup> Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais.

As reformas do regime iniciaram “de cima para baixo”, ou seja, pelo ensino superior, ou ainda como diria José Willington Germano (2011, p.104) “manobra pelo alto”, através da lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 464/69 que modificou a estrutura do ensino superior.

Com a promulgação da Lei 5.692 de 1971, os anos de escolarização obrigatória passou para oito anos de duração, abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos, pede-se uma habilitação profissional para todos que cursassem o agora chamado 2ª grau. O objetivo do ensino de 1º e 2º graus volta-se para a qualificação profissional e o preparo para exercer a cidadania como diz o artigo 1 da referida lei:

Art.1º – O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL,1971)

Essa nova proposta vinha atender aos interesses do governo militar, trazendo uma despolitização, ao mesmo tempo em que iria preparar e aumentar a força de trabalho qualificada, que atenderia à demanda do desenvolvimento anunciado pelo “tempo do milagre”, que dizia que o Brasil poderia fazer parte do bloco do 1º mundo.

Na lei proposta em 1971, o que se pretendia por parte do governo, era a educação para o trabalho. A ideia básica era a de que, se o aluno teria condições de prosseguir até a universidade, mas, se não quisesse ou não pudesse, poderia ingressar no mercado de trabalho quando saísse do 2º grau. Nesse sentido, a Lei nº 5.692/71, em nome da necessidade de formação de técnicos de nível médio, atribuiu ao ensino de 2º grau um caráter de profissionalização compulsória, que visava atender a determinações do sistema produtivo que se encontrava em franca expansão.

O que se percebe é que estas medidas acabaram por degradar ainda mais o nível de ensino das classes populares aumentando os anos de escolarização, mas nada de melhorias na qualidade do ensino. Além de muitos cursos profissionalizantes apresentarem um caráter artesanal em discordância com o tipo de modelo com base industrial, as políticas públicas educacionais são construídas pelos órgãos da federação responsáveis por gerir a educação do Estado. Elas implicam escolhas e decisões, que envolvem sujeitos, grupos sociais e instituições.

As políticas educacionais constroem-se a partir de disputas entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses.

Para compreender como são elaboradas as políticas públicas educacionais em uma determinada sociedade, faz-se necessário analisar seus diversos significados. Percebe-se que as políticas públicas direcionadas para a educação são estabelecidas através de relações de poder entre variados grupos políticos, setores da economia e da sociedade. Grupos políticos, empresas e as próprias instituições de ensino disputam, com as políticas governamentais direcionadas para o ambiente escolar, a condição de disseminar sua ideologia, bem como de implantar seus modelos, suas convicções e suas concepções teóricas e metodológicas.

De acordo com José Willington Germano (1993, p. 106):

A política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico. No Brasil pós-1964 podemos afirmar que, no essencial, ela foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares.

O discurso de aliar educação e desenvolvimento esteve presente desde o início da ditadura empresarial-militar e permanece ainda no século XXI, cumprindo a função ideológica de livrar o sistema capitalista de grandes críticas e de atender às exigências do mercado. Germano (1993, p. 22) coloca que:

O elevado grau de analfabetismo e o baixo percentual de escolarização da população economicamente ativa permitem inferir que, nas condições do capitalismo brasileiro, a política educacional pós-64 contribuiu para a exclusão social das denominadas classes populares ou classes subalternas, ou seja, a política educacional, de fato, privilegiou o topo da pirâmide social. Importante destacar que, durante o Regime Militar, o Estado buscava cumprir sua função com relação ao capital, preocupando-se com a qualificação da mão de obra ativa para o mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas, atuando no âmbito da escolarização, direcionando-a para a formação de uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria. Arapiraca (1979) aponta que a concepção de educação é a de “aprender a fazer”:

A sua filosofia se expressa pela pedagogia do aprender a fazer. A escola polivalente de 2º grau normalmente desenvolve suas atividades no sentido de profissionalizar o estudante, dando a este momento do seu processo educativo um sentido de terminalidade final. (ARAPIRACA,1979, p.219)

Esse regime procurou divulgar um discurso de exaltação e valorização da educação, apontando-a como uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte baseado na Teoria do Capital Humano do economista Theodoro Schultz que defendia que os países, famílias e/ou indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos. Por meio da educação poder-se-ia diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. Se tratava de uma perspectiva do papel da educação escolar integrada ao mundo do emprego e de uma estratégia para evitar o ideário socialista, em especial o risco de sua expansão.

É sob a égide da “teoria” do capital humano que se traçam planos, diretrizes e estratégias educacionais, especialmente para os países de capitalismo dependente, e se afirma a ideia de que a ascensão e a mobilidade social têm um caminho garantido via escolaridade, mediante empregos bem remunerados. Essa perspectiva integradora da escola, paradoxalmente, caminhava numa direção inversa das relações sociais capitalistas, com concentração de capital e monopólio da ciência e da técnica, aumento do desemprego estrutural e ampliação do trabalho precário. (FRIGOTTO,2015, p.11)

A relação entre educação e desenvolvimento foi sendo construída, principalmente, pelo acesso ao ensino superior, que passou a ter uma importância fundamental no sentido de qualificar a mão de obra, promover a pesquisa e formar pesquisadores para atuarem na indústria brasileira. Vale ressaltar que a busca pelo ensino superior nem sempre era alcançada, o que resultou uma insatisfação das camadas médias em relação à política educacional implantada pelo Estado. Por exemplo, o número de excedentes no vestibular de 1968 alcançou o número de 125 mil (CUNHA, 1980).

A pressão exercida pela população, principalmente a classe média, por mais vagas no ensino superior, como uma possibilidade de ascensão social, culminou com a Reforma do Ensino Superior, em 1968.

A reforma do ensino superior, de 1968, e a do ensino médio, de 1971, têm a função de conter o crescente contingente de jovens das camadas médias que buscam, cada dia mais intensamente, o ensino superior como meio de obtenção de um requisito cada vez mais necessário, mas não suficiente, de ascensão nas burocracias ocupacionais (CUNHA, 1980, p. 285).

Já a reforma do 1º e 2º graus tinha o caráter profissionalizante, diminuindo a busca pelo ensino superior, e oferecer respostas às demandas crescentes por ensino superior e substanciar o crescimento econômico gerado pelo “milagre econômico”. Pode-se dizer que essa mudança no ensino tinha a intenção de formar, de modo geral, as crianças e adolescentes, no ensino fundamental, e habilitar para o trabalho, no ensino médio.

As ações no campo da educação apresentaram-se como prioridade, pois o regime tinha pressa na execução de seus planos. “Consumado o golpe militar, o IPES se dedicou a organizar um simpósio sobre a reforma da educação. Preparado nos meses de agosto a novembro, o simpósio se realizou em dezembro de 1964” (SAVIANI, 2008). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foi fundado por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, articulados com empresários de multinacionais e com a Escola Superior de Guerra e se dissolveu em junho de 1971.

O IPES desenvolvia doutrinação, utilizando meios de comunicação de massas como o rádio, a televisão e filmes, com apoio de órgãos de imprensa, sindicatos dos industriais, movimentos de representação feminina e estudantil, partidos e congressos. Dentre as atividades diretamente ligadas à educação, destacam-se dois importantes eventos organizados pelo Instituto: o simpósio sobre a reforma da educação e o Fórum “A educação que nos convém”. Esse último gerou um documento <sup>3</sup>organizado em torno do desenvolvimento econômico, que considerava a educação como investimento e argumentava

[que] a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Na sequência, o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e

---

<sup>3</sup> Não consegui encontrar o documento original.

social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada. (SAVIANI, 2007, p.343)

Em termos estruturais, o projeto educacional do IPES defendia a necessidade de aproximar o então nível médio das relações de trabalho, combinando qualificação com conformação social, mas não ausentando as indústrias da participação nessa formação. Ao mesmo tempo, pedia por uma expansão controlada do ensino superior, de modo que pudesse atender às novas funções em desenvolvimento, sem onerar desnecessariamente o fundo público. Ainda nesse nível, o papel da pesquisa é elucidativo, pois quando não se via negligenciada em prol da formação dos operadores da tecnologia importada, era submetida às necessidades dos setores ligados ao modelo de desenvolvimento dependente. Em suma, podemos entender que, a partir desse projeto, a educação deveria se colocar a serviço do desenvolvimento econômico brasileiro vinculado à dinâmica global imperialista, gozando de reduzida ou nenhuma autonomia.

Tal evento tinha por objetivo assegurar, através da educação, o aumento da produtividade e da renda do país.

(...) Mostrando essa coerência de ideias, os três documentos se atêm igualmente a um pressuposto, que traduzimos aqui na seguinte proposição básica: a educação, nos países insuficientemente desenvolvidos, deve subordinar seus objetivos ao desenvolvimento econômico do País. (SOUZA, 1981, p.105)

A educação como um todo estava direcionada cada vez mais para uma satisfação de interesses capitalistas e expansionistas, o que se intensificou a partir do Golpe Militar de 1964, atendendo aos interesses da política desenvolvimentista e da formação de mão de obra.

(...) Assim o suprimento de operários manuais qualificados deve ser feito com indivíduos de um certo número de anos de escolaridade e não mais. Além desse nível, a educação escolar passa a ser um mal a ser evitado, ou, no mínimo, um desperdício. (CUNHA, 1980, p. 235)

A industrialização surge, então, como uma bandeira em torno da qual se unem as diferenças sociais. Industrialização e afirmação nacional confundem-se. Em consequência,

industrialismo torna-se, praticamente, sinônimo de nacionalismo. (Saviani, 2015, p.76)

A escola primária deveria capacitar o aluno para a realização de determinada atividade prática, o ensino médio ficaria com o objetivo de preparar os profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, e por fim, o ensino superior foi atribuído duas funções: formar mão de obra especializada requeridas pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país. Na educação tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária.

Buscando padronizar e tornar eficiente essa profissionalização, foi adotada como concepção pedagógica oficial a pedagogia tecnicista, caracterizada por Saviani (2007) da seguinte forma:

(...) na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção. (SAVIANI,2007, p. 382)

O pensamento tecnicista desse período impregnava, através da mídia, o senso comum das elites dirigentes, e, sobretudo, das próprias classes populares que passam a perceber uma possibilidade de vencer na vida e de limpar a sociedade do crime. A eficiência e a produtividade eram o foco do processo educativo, deixando claro que a formação tinha como finalidade habilitar para a mão de obra, como traz Libâneo (1984, p.16):

A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes" para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas.



Saviani (1986), também realça a importância da produtividade como elemento principal da pedagogia tecnicista associando à segurança social, pois aquele que não é produtivo, torna-se marginalizado:

A educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, portanto, capazes de darem sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade. Assim, estará ela cumprindo sua função de equalização social. Nesse contexto teórico, a equalização social é identificada com o equilíbrio do sistema (no sentido do enfoque sistêmico). A marginalidade, isto é, a ineficiência e improdutividade se constitui numa ameaça à estabilidade do sistema. (p.16)

Durante as décadas de 1970 e 1980, podemos ver a consolidação da pedagogia tecnicista nas escolas, mesmo durante a crise econômica na década de 1980, sustentando, ainda, a concepção de educação como caminho para o desenvolvimento econômico. Veremos essa consolidação no capítulo seguinte que discute o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e seu sucessor – o PREMEN.

### **3. FORMANDO PARA O TRABALHO: O PROGRAMA DE EXTENSÃO E MELHORIA DO ENSINO (PREMEN)**

Como visto no capítulo anterior, a partir de 1964, a educação no Brasil assumiu o enfoque baseado nos princípios da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973), que considera a educação como um fator da economia, de modo que o investimento na área da educação é visto como de alta rentabilidade para a produção (para o capital). Essa teoria defende que a formação de mão de obra contribui para o aumento da produção econômica e que a profissionalização se dá pela via da escolarização, garantindo as condições de competição no mercado de trabalho e, por conseguinte, melhoria das condições de vida do trabalhador.

Nas décadas de 1960 e 1970, os princípios da Teoria do Capital Humano foram propagados, em nosso subcontinente, pelas agências internacionais como Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO), que interferiam na política educacional dos países latino-americanos, inclusive o Brasil. Essas agências sustentavam que um maior investimento na educação, principalmente no ensino básico, representava o único caminho para resolver a questão das desigualdades sociais. Nesse sentido, as políticas educacionais passaram a se vincular ao projeto desenvolvimentista implementado pelo governo, no país, no período compreendido entre os anos 1950, até meados de 1970, cujo ideário político era “Educação e Desenvolvimento”.

É na relação da produção material mediada pelo trabalho e ideológica e simbólica mediada pela linguagem e a cultura, historicamente apreendidas em nossa realidade, que podemos apreender as concepções de tecnologia e educação politécnica ou tecnológica de nível médio e o sentido e relação das categorias de quantidade e qualidade. Os projetos societários em disputa no Brasil se expressam mediante a quantidade/qualidade definida pelo mercado na conformação do “cidadão produtivo” a ele subordinado e a definida pelo critério ético-político da igualdade de condições na construção de sujeitos humanos emancipados e protagonistas de superação das relações sociais capitalistas. (FRIGOTTO, 198, p.17-18)

Como resultado das orientações internacionais para a educação, surge a necessidade da construção de escolas polivalentes no país que tinham como objetivo harmonizar, nos currículos, o desenvolvimento intelectual e a preparação para o trabalho, com base no ensino de matemática, ciências e letras, e a prática vocacional de artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar. De acordo com a concepção filosófica do programa, o aluno iria da sala de aula ao laboratório e oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando vocações, para quando ingressar no segundo grau, decidir-se pela sua profissão.

### 3.1 CONFERÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO: ESTABELECENDO OS ACORDOS MEC- USAID PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Durante a década de 1960, foram realizadas reuniões interamericanas, promovidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), que se desdobraram em políticas baseadas nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Desde 1961, quando da primeira reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial, ocorrida no Uruguai, os Estados Unidos propuseram aos países latino americanos, inclusive ao Brasil, a integração dos planos de desenvolvimento educacional com os programas nacionais de desenvolvimento econômico.

A partir do golpe de 1964, a Aliança para o Progresso<sup>4</sup> cumpre um destacado papel no estreitamento dos vínculos e na rearticulação do Brasil com o capitalismo internacional. Nesse programa dos Estados Unidos para a América Latina, a área da educação foi considerada prioritária e principal ponto de estratégia para o desenvolvimento econômico pretendido.

Na lógica do Programa e da tecnocracia no governo brasileiro, era urgente o ajustamento da educação ao plano de desenvolvimento econômico, implicando, conseqüentemente, a necessidade das reformas na educação.

---

<sup>4</sup> Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

Nessa direção, o planejamento educacional foi integrado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (1969-1974), no sentido de organizar o sistema de ensino de acordo com as demandas do mercado de trabalho, dentro da nova fase com a industrialização do país.

Na redefinição da política socioeconômica, e acatadas as recomendações originais da Carta de Punta Del Este e da Conferência de Santiago, o governo militar começou a adotar medidas para agilizar o processo e concordando com as orientações da Aliança para o Progresso, firmadas na Carta de Punta del Este e na reunião de Santiago são estabelecidas, as bases para a implantação do novo modelo educativo da “escola polivalente”. O Presidente da República, Castelo Branco, através do Decreto nº 54.999, de 13 de novembro de 1964, instituiu a Conferência Nacional de Educação.

A primeira Conferência Nacional de Educação aconteceu em Brasília, em março de 1965, cujo tema central, segundo Arapiraca (1979) foi: a coordenação de recursos e medidas para o desenvolvimento da educação nacional. Nessa conferência, ressaltaram-se, como recomendações mais relevantes, o

“estabelecimento de uma ação sistemática racional planejada da educação de modo a compatibilizá-la com os padrões das técnicas econométricas do orçamento programa, como também tornar obrigatória a colaboração e execução de planos estaduais de educação” (ARAPIRACA, 1979).

A segunda Conferência Nacional de Educação ocorreu na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em abril de 1966. Segundo Arapiraca (1979), destacaram-se, dentre outros aspectos: “, o desligamento dos cursos normais da vinculação com outros níveis de ensino; aumento de três para quatro anos do tempo de formação do professor primário; e a elaboração do Estatuto do Magistério”.

A terceira Conferência Nacional de Educação foi realizada na cidade de Salvador, Bahia, em abril de 1967, e teve como tema central “a extensão da escolaridade”. Nessa Conferência, foi discutida a

“reformulação do conteúdo dos programas de ensino do curso primário e do 1º ciclo do ensino médio, a fim de conferir unidade aos seus objetivos comuns de formação de cultura geral moderna e de exploração vocacional: que os sistemas de ensino devem consagrar o ginásio multi curricular e polivalente como solução mais adequada para a reorganização da escola média de 1º ciclo, transformando, em unidades desse tipo, os ginásios já existentes e não criando novas unidades escolares fora desses moldes” (ARAPIRACA, 1979, p. 218-219).

A partir das Conferências, o Governo Brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), passou a assinar vários convênios - também chamados de acordos, pelos quais, segundo Arapiraca (1982), a reorganização do sistema educacional, do ponto de vista da realização de assistência técnica e da cooperação financeira, ficou praticamente entregue aos técnicos oferecidos pela Agency for International Development (AID). Vale dizer que a mencionada Agência surgiu no Brasil em 1961, com a finalidade de executar o Programa da Aliança para o Progresso e instituir no país a Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso (COCAP), criou-se em 1965 o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP).

Para a execução das atividades de implantação da reforma do ensino médio, no período em questão, no âmbito dos acordos MEC-USAID, foi projetado, pelo MEC, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) responsável pela coordenação da implantação dos Ginásios Polivalentes (GPs) em todo o território nacional seguindo o objetivo proposto pelo seu antecessor, o Programa de Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) que veremos a seguir.

### 3.2 O PROGRAMA DE MELHORIA DO ENSINO MÉDIO (PREMEM)

Fruto de um dos muitos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, conforme indicamos anteriormente, o Programa de Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) trazia, como principal objetivo, aumentar o acesso e continuidade ao ensino de segundo grau e profissionalizante, priorizando a formação de pessoas aptas ao mercado de trabalho, considerando o contexto de industrialização do país.

Com base nas orientações legais o PREMEM se organizou e adotou a seguinte composição: uma comissão que atuava junto ao MEC, formada por seis membros, sendo um deles o coordenador designado pelo Ministro, como dito no artigo 3º do Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968:

O PREMEM será administrado por uma Comissão de Administração, que funcionará junto ao Ministério da Educação e Cultura, constituída de seis membros, sendo um deles coordenador, designados pelo Ministro de Estado. (BRASIL, 1968)

O PREMEM se desdobrou em subprogramas nacional e estaduais, constantes de três projetos: equipamento, construção e treinamento. Esses projetos

se referiam à aquisição dos materiais necessários para as instituições e ofertas dos cursos, à construção e ampliação das escolas e ao treinamento docente e técnico para atuação no Programa, sob a coordenação da Comissão de Administração, como estabelecido no artigo 6º do Decreto já citado, a seguir transcrito:

**Art. 6º.** Compete à Comissão de Administração, ao aplicar os recursos provenientes de empréstimos externos e recursos nacionais de contrapartida:

I - Promover, juntamente com os Estados, a implementação dos planos elaborados pelos mesmos e referentes à expansão e melhoria de sua rede de ensino médio público, em articulação com uma assistência técnica educacional que assegure a consecução dos objetivos do PREMEM.

II - Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, à construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional. (BRASIL,1968)

O Governo Federal reformulou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), visando sua compatibilização com os objetivos dos acordos de financiamento com a USAID. Assim, por meio do Decreto n. 70.067, de 26 de janeiro de 1972 foi criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que absorveu o anterior Decreto nº 63.914, de 1968. O novo Decreto teve como objetivo principal aperfeiçoar o sistema de ensino de 1º e 2º graus no Brasil:

**Art. 1º.** É criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN - com o objetivo principal de aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil.

**Art. 2º.** Este programa absorve o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PREMEN - aprovado pelo Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968, que se encontra em execução.

Vale dizer que a lei n. 5.692/71 do ensino de 1º e 2º graus se refletiu nas atividades do próprio programa (PREMEN). Para a efetivação do projeto educativo - escola polivalente - foi necessário adequar a formação dos recursos humanos, construção de prédios, aquisição de equipamentos à concepção do novo modelo escolar adotado (o modelo de escola polivalente). Isso exigiu do PREMEN um grau

de organização e estruturação das ações compatibilizadas à filosofia do novo conceito escolar que contemplava a dimensão do trabalho.

Quanto à construção de escolas, o Programa previa adotar as providências necessárias à edificação das escolas de acordo com o novo conceito de currículo voltado para as atividades da produção econômica. A parte de Equipamentos e Materiais contemplava a aquisição de mobiliário, equipamentos e instalações (laboratórios, quadras, salas de aula) das unidades de ensino. Por fim, parte de Recursos Humanos dizia respeito à formação do pessoal docente e técnico de nível superior, de acordo com as exigências legais do programa.

O programa propunha como critérios a serem considerados para definição dos locais em que as escolas deveriam ser construídas, de acordo com o § 2º do artigo 9º do referido Decreto:

§ 2º A localização dos estabelecimentos de ensino será estudada pela Comissão de que trata o artigo levando em conta, entre outros, os seguintes fatores para definição das prioridades:

- a) população da área a ser beneficiada pela escola
- b) conclusão de curso primário;
- c) população em idade escolar, atendida pela escola média;
- d) investimento municipal em educação primária;
- e) cooperação da comunidade;
- f) meios de acesso à escola;
- g) composição econômica da região;
- h) disponibilidade de cargo docente.

A proposta curricular do Programa estava alinhada às diretrizes da política educacional implementada pelos governos ditatoriais, restringindo o objetivo da educação básica à preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, com base na pedagogia tecnicista.

**Figura 1-** Fragmento do parecer do CFE 45/72

2 —           EDUCAÇÃO GERAL E  
                  FORMAÇÃO  
                  ESPECIAL

Estes dois aspectos da educação, humanismo e tecnologia, têm na lei uma tradução: “educação geral” e “formação especial”. Eis o texto da lei:

Art. 4º — Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

As disciplinas ministradas no 1º grau eram voltadas às habilidades básicas de alfabetização: leitura e escrita e de cálculos: domínio das operações matemáticas. Estruturadas por séries e disciplinas com os objetivos específicos e ênfase em linguagem (Português) e matemática bem demarcadas, além das atividades propostas como ditados, leitura oral e silenciosa e exercícios de cálculos efetuados, proposto até a 4ª série.

A partir da 5ª série, entra no currículo os estudos sobre a sociedade e a natureza que envolviam as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Educação Alimentar e Estudos sobre a natureza, mas seriam ministradas apenas ocasionalmente:

Ao invés disto, determinamos que as aulas dessas disciplinas sejam dadas ocasionalmente, conforme as oportunidades surgidas da vida da escola, mais como motivação as “técnicas fundamentais do ensino” (Linguagem e Matemática), mais como recurso para dar a essas últimas disciplinas um aspecto atrativo, vivo, funcional, mais como meio de interessar a criança, mais como um meio de integração a vida, como desenvolvimento da personalidade infantil, que como fim em si mesmo, para efeito de classificação e promoção nos testes. (BAHIA, 1972, p. 42)

Já o 2º grau, se voltava à preparação profissionalizante dos estudantes. Segundo os currículos encontrados do Estado de Pernambuco e do Estado da Bahia, pudemos perceber que as disciplinas tinham como foco as habilidades para o trabalho.

O Conselho Federal de Educação, pelo Parecer CFE nº. 45/1972, regulamentou a profissionalização no nível técnico fixando habilitações com os respectivos “mínimos curriculares profissionalizantes”, que deveriam compor a parte diversificada dos cursos. Estes ofereciam, portanto, currículos mistos, com



disciplinas de formação geral e disciplinas de formação profissional. O ponto de partida para a organização curricular de um curso de técnico era, portanto, o currículo mínimo definido previamente, quando da instituição da respectiva habilitação profissional. (REGATTIERI; CASTRO, 2009, p.22)

Os cursos ofertados abarcavam as áreas de marcenaria, educação doméstica, eletricidade, metalurgia e técnicas comerciais variando de acordo com o estado. Habilidades importantes para compor o corpo de trabalho de um país em desenvolvimento, aponta Libâneo (1984, p.17):

São as informações, princípios científicos, leis etc., estabelecidos e ordenados numa seqüência lógica e psicológica por especialistas. É matéria de ensino apenas o que é redutível ao conhecimento observável e mensurável; os conteúdos decorrem, assim, da ciência objetiva, eliminando-se qualquer sinal de subjetividade. O material instrucional encontra-se sistematizado nos manuais, nos livros didáticos, nos módulos de ensino, nos dispositivos audiovisuais etc.

O programa PREMEN<sup>5</sup> ampliou o alcance do seu antecessor (PREMEM) que foi implementado em quatro estados (Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo) para outros estados, inclusive a Paraíba, que registra pelo menos quatro cidades em que se localizam escolas criadas pelo Programa em João Pessoa, Campina Grande, Souza e Patos de acordo com publicação no diário oficial em 1975 com o objetivo de proporcionar maiores oportunidades de escolarização à população. A ação do PREMEN na Paraíba será melhor explanada no próximo capítulo.

**Figura 2** – Fragmento de publicação do Diário Oficial de junho de 1975

---

<sup>5</sup> O PREMEM foi implementado em quatro estados com o objetivo de aperfeiçoar o ensino de 2º Grau. Como esse programa obteve sucesso nos estados implementados, foi criado o PREMEN, que incorporou o PREMEM e que incluía também o ensino de 1º grau, expandindo para outros estados do país.

Ficam adotados no texto presente, as seguintes designações:

PREMIEN -- Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, executor do 2.º Acordo MEC-BIRD.

Secretaria -- Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba.

BIRD -- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

MEC -- Ministério da Educação e Cultura.

*Cláusula Primeira -- Finalidade*

1.1 -- Atender ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e Cultura, na subdivisão que diz respeito à Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, com a implantação das seguintes unidades escolares:

1 -- Unidade Integrada de 1.º Grau em João Pessoa.

2 -- Colégio Integrado de 2.º Grau em Campina Grande.

3 -- Colégio Integrado de 2.º Grau em Patos.

4 -- Colégio Integrado de 2.º Grau em Souza.

Fonte: Arquivo da pesquisa

## 4. ESCOLA ESTADUAL DE 2 GRAU DOUTOR HORTÊNSIO DE SOUSA RIBEIRO: UM NOVO MODELO EDUCACIONAL

### 4.1 CAMPINA GRANDE E AS ALIANÇAS PARA O CRESCIMENTO

Em Campina Grande, parece ter existido uma cidade antes, e outra depois, da ditadura empresarial-militar. As políticas centralizadoras acertaram em cheio o projeto desenvolvimentista da cidade <sup>6</sup>que consistia em encarrilhar a Campina Grande no projeto de desenvolvimento nacional, que por sinal, era desarticulado, já no início dos anos 1970. É o que nos informa o historiador Damião de Lima (2012) quando, no seu estudo sobre a cidade no período da Ditadura, expõe quadros desfavoráveis e de poucas perspectivas para a “capital do trabalho”, que chega aos meados da década de 1970, mergulhada em grave apatia política e profunda crise econômica, à medida que o projeto de industrialização, proposto pelo município, definhava.

Nesse contexto, empresas como a Wallig Nordeste<sup>7</sup>, símbolo industrial de Campina Grande, a qual oferecia mais de mil empregos diretos, fechava suas portas. Exatamente um ano depois, em setembro de 1980, a SANBRA, indústria conhecida como a gigante no beneficiamento de agave e algodão, instalada há mais de quarenta anos na cidade, também parava de funcionar. As falências dessas empresas representaram naquele momento a efetivação da crise industrial. Que já vinha se desenhando com o fechamento de empresas como Susy, Fracalanza e Fibrasa<sup>8</sup>. Já no setor coureiro, representado pela indústria “Curtume Villarim”, as demissões em massa também sinalizavam a fragilidade do setor.

O cenário da cidade não era dos melhores, sobretudo, quando analisado sob as condições e oportunidades de trabalho. As causas que afetaram e colocaram Campina Grande numa zona de desconforto econômico e social, não concentrou em episódios pontuais, como o fechamento das indústrias. Foi um emaranhado de

---

<sup>6</sup> Nesse projeto, a cidade teria como foco projetos urbanísticos e corrigir os problemas nos setores deficientes da cidade;

<sup>7</sup> Wallig Nordeste S.A – empresa de grande porte, produtora de fogões a gás.

<sup>8</sup> Susy- não encontrei registros sobre o segmento da empresa; Fracalanza- fábrica de cordas e artefatos de sisal; Fibrasa – empresa de beneficiamento de sisal.

fatores que emergiu num curto espaço de tempo. E a cidade, muito provavelmente, não resolveu os problemas de imediato.

Na década de 1980, a cidade contava com uma população de mais de duzentas e cinquenta mil pessoas. Um aumento real de quase trinta por cento em relação à década de 1970. Campina Grande, de fato, crescia, à medida que vários municípios paraibanos tiveram sua população diminuída, a exemplo Alagoa Grande, Alagoa Nova e Areia, boa parte dessas pessoas ajudaram a aumentar o fluxo habitacional de Campina e vinham em busca de emprego como indica Lima (2012, p.227) “Mesmo em período de crise como fora nos anos 70, a cidade continuou recebendo novos moradores e, dentro das possibilidades existentes, mantendo-os ocupados.”

Os problemas enfrentados por Campina Grande, nesse período que adentrou pela década de 1980, ocorreram em quase todas as cidades consideradas polo de atração comercial. As heranças dos governos militares e seu milagre econômico, não deixaram quase nenhum saldo positivo. Nem no setor político, tão pouco no econômico. Na Região Nordeste, nem mesmo aquelas cidades, que foram beneficiadas por programas e incentivos via Sudene, puderam apresentar melhorias e beneficiamento voltados para setores sociais. (ALVES, 2013)

É interessante atentarmos que na década de 1970 nas matérias que circulavam nos jornais, Campina figurava como uma das maiores e mais promissoras cidades da região Nordeste. Possivelmente, a ausência de alguns serviços que caracterizavam aspectos de cidade desenvolvida - a exemplo mesmo de sinalizações para um melhor tráfego e organização das ruas - incomodasse parcelas da sociedade, acostumados a compreender a cidade como destaque no cenário regional.

Pelas páginas dos principais jornais de Campina Grande, apesar das inconveniências econômicas e sociais, ainda era representada como cidade do progresso e em ritmos desenvolvimentistas, porém muito suja e desamparada pela limpeza pública. Era a cidade do trabalho e da oportunidade, entretanto, as principais empresas fechavam portas e os empregos eram insuficientes, então o trabalho informal aumentava. Cidade polo de desenvolvimento tecnológico, mas que

não organizava o trânsito de meia dúzia de ruas do setor comercial da cidade.(SILVA, 2016). E considerando nesses problemas, o prefeito Enivaldo Ribeiro buscou trazer para a cidade programas de infraestrutura e urbanização do governo federal que fizessem com que Campina Grande se destacasse e alcançasse o status de referência.

#### 4.1.1 A prefeitura na gestão Enivaldo Ribeiro

Enivaldo Ribeiro, do partido Político ARENA, ganhou a eleição de 1976 e foi prefeito da cidade de Campina Grande de 1977 até 1983.

Assumiu o cargo em janeiro de 1977 com o objetivo de gerar emprego e renda, Ribeiro trouxe para Campina Grande o Programa Nacional Cidades de Porte Médio, do Governo Federal, além disso, assinou o convênio com o Banco Nacional de Habitação para o Programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), além disso, o prefeito buscou alianças com o governo estadual de Tarcísio Burity na tentativa de fazer de Campina Grande a cidade onde “o sol nasce para todos”.

O Programa Nacional Cidades de Porte Médio tinha como objetivo aproveitar o potencial das cidades de porte médio, fossem capitais ou não, e torná-las centros de dinamização em que o governo direcionaria o desenvolvimento.

O objetivo geral do projeto era minimizar os índices de pobreza urbana, aproveitar a mão-de-obra nas cidades médias e desacelerar o crescimento das grandes metrópoles, compreendendo segmentos como saneamento básico, criação de infraestrutura de transportes urbanos, habitação e complementação de serviços básicos. Eram consideradas cidades de porte médio, aquelas que por sua posição geográfica, população e importância econômica, fossem centros estratégicos para o desenvolvimento de sua região e para a estruturação urbana mais equilibrada e humana. Para tanto, pretendia-se localizar equipamentos terciários de alcance regional e oferecer incentivos, a fim de atrair capitais industriais para as cidades selecionadas. Além disso, a assistência técnica, a ser fornecida às prefeituras, visava preparar as administrações locais para orientar o crescimento físico-territorial e ser mais eficiente na prestação de serviços urbanos, garantindo-lhes, portanto, condições de se auto gerenciar.

O projeto envolveu 140 cidades, distribuídas pelas cinco macrorregiões, que contavam com uma população total de 13,5 milhões de pessoas residentes nas sedes dos municípios, segundo o Censo de 1980. Estimava-se, entretanto, que os efeitos do programa alcançariam uma população de 18,2 milhões, quando incluídos os habitantes das áreas polarizadas pelas cidades beneficiadas. Tais efeitos se traduziam na melhoria da qualidade de vida das populações da cidade-polo e da região que dela demandava serviços.

O prefeito Enivaldo Ribeiro convocou a COMDECA<sup>9</sup> e solicitou a elaboração do projeto já que havia percebido que Campina Grande reunia as condições necessárias para se beneficiar desse programa e queria se destacar no cenário estadual, fortalecendo o papel da cidade empreendedora e acolhedora de mão-de-obra excedente.

O PNCPM/CG foi fruto de acordo entre o BIRD, Governo Federal via CNDU, Estado e município, com estratégias idealizadas pela União. Foram destinados para Campina Grande investimentos de 400 milhões de cruzeiros, e no acordo, estava previsto a recuperação de dos investimentos e os meios para alcançar esse retorno seriam escolhidos pelo município.

Em Campina Grande, o projeto foi dividido em três programas com subprojetos vinculados ao projeto maior. Segundo Lima (2012, p.228):

O primeiro programa denominado de Emprego e Renda, tinha como meta a melhoria da qualidade de vida, concedendo emprego e renda à população mais carente da cidade. Nesse, a ação se daria através da oferta de espaço físico adequado ao trabalho, assistência técnica e gerencial, treinamento de mão-de-obra e crédito.

O segundo, denominado de Infraestrutura Urbana e Comunitária, abrangia a parte do espaço físico do município, com intuito de promover a infraestrutura urbana/comunitária à população de baixa renda através do suprimento de água, esgoto, drenagem, energia elétrica, transporte e equipamentos de uso comunitário.

E o terceiro, denominado de Administração Municipal, deveria reforçar a competência e melhorar a qualidade da administração municipal. Esse programa era dirigido ao suprimento das carências de gerenciamento do próprio projeto,

---

<sup>9</sup> Companhia de Desenvolvimento de Campina Grande

e de outro lado, deveria suprir estrangulamentos na administração municipal, a exemplo do cadastro técnico-municipal.

O primeiro projeto teria como foco a construção e organização do distrito dos mecânicos, organização das feiras de mercado nos bairros e na feira central e o incentivo a Pequenos negócios que envolvessem atividades em couro, madeira, confecções, lavadeiras, olarias, entre outros. Esse projeto foi realizado e celebrado no Anuário de Campina Grande de 1981. Nesse conjunto de incentivos, estavam construção de lavanderias comunitárias, centro de produção de couro, centros de produção de costureiras e facilidade de empréstimos junto aos bancos, como mostra o Anuário de Campina Grande (1981, p. 59):

A primeira providência era arranjar crédito para essa gente. O problema foi discutido com os gerentes de bancos. Encontrou-se uma solução: empréstimos especiais, a juros especiais. Empréstimos para comprar máquinas e equipamentos novos. Para compra de materiais e tudo o mais que fosse preciso, a nível de pequenos negócios.

O segundo projeto teria como objetivos os serviços de água e esgoto, energia elétrica e iluminação, drenagem, construção de praças, escolas, postos de saúde, creches, SAB's<sup>10</sup>, transporte e habitação que contemplaria os bairros do Pedregal, Jeremias e Cachoeira.

Os bairro do Jeremias, Cachoeira e Pedregal, com condições precárias de habitação e infraestrutura, estão sendo urbanizados, com seus lotes vendidos a preços baixos aos atuais ocupantes. Amplia-se a rede elétrica. Executam-se pavimentações de ruas e obras de drenagem. Constroem-se escolas, postos de saúde e escadarias nos locais de difícil acesso. É estimulada a formação de Associações de Amigos dos Bairros. As casa mal localizadas, em terrenos alagáveis ou com perigo de desabamento, são reconstruídas nos próprios bairros ou em novo loteamento próximo ao bairro do Jeremias, denominado Nova Área. (Anuário de Campina Grande, 1981, p.60)

E o terceiro seria responsável pelo cadastro e pela implementação do Projeto CURA e implementar o IPTU progressivo.

---

<sup>10</sup> Sociedade de Amigos de Bairros (SAB)

O Projeto CURA surgiu no início da década de 1970, durante o Regime Militar no Brasil, vinculado ao Banco Nacional da Habitação (BNH). Seu intuito era prover áreas ociosas de infraestruturas e equipamentos urbanos para proporcionar sua valorização e ocupação.

O Projeto era apresentado como um estudo pioneiro e inovador, suscetível de ajustes e correções. A uma elaborada pesquisa inicial, deveriam seguir-se a montagem de um quadro de proposições para recuperar a área e um quadro operacional para a implantação do projeto. O estudo identificou a necessidade de induzir um processo de ocupação, tendo como instrumento o imposto territorial progressivo aplicado aos lotes ociosos. O CURA teria três fases: pesquisa e proposição, projetos, execução. Como traz Lima (2012, p.2018):

O governo federal propunha financiamento para a complementação da malha urbana, mas exigia que a cidade implantasse o sistema de arrecadação do IPTU progressivo para os lotes desocupados, a fim de promover a ocupação destes lotes e amenizar a especulação no espaço urbano. O IPTU progressivo seria cobrado através do aumento gradual, ano a ano, recaindo nos vazios urbanos. O recolhimento do imposto era a forma de reembolsar o financiamento e amortizar a dívida municipal.

Em Campina Grande o Projeto Cura organizou o centro da cidade modificando toda a rede viária central. Obedecendo aos critérios adotados pelo projeto e buscando orientar a expansão do cidade no sentido oeste e a falta de infraestrutura na área central justificou-se a escolha dessas áreas para o início do projeto.

Partindo da área central, a intervenção do Projeto Cura deveria estender a outras áreas abrangendo ao todo 771 hectares, dos quais 103,23 hectares deveriam ser destinados a áreas para fins recreativos e paisagísticos, fazendo a ligação do Açude Novo com o Estádio Municipal, e envolvendo parcialmente o centro comercial da cidade. (LIMA, 2012, p.220)

O projeto foi dividido em três fases. Na primeira fase foram realizadas as desapropriações para a construção das obras. Na segunda fase, os projetos específicos eram implementados como a construção do centro administrativo, terminal rodoviário, um matadouro público e uma biblioteca infantil. Nesta fase estava prevista a abertura de uma grande avenida, no caso foi a Avenida Floriano Peixoto, a recuperação da Praça Clementino Procópio e da Feira Central. A terceira



fase incluía obras viárias e de drenagem, construção do centro cultural, melhoramento do centro comercial.

Algumas das obras previstas pelo projeto não foram realizadas por conta do deslocamento populacional provocados pelas ações do CURA e também a não aplicação do IPTU progressivo.

Com esses programas, pode-se ver que houveram melhorias na cidade de Campina Grande que facilitaram a mobilidade urbana, a infraestrutura da cidade teve uma melhora significativa para a época e isso trouxe credibilidade para que a cidade fortalecesse alianças com o governo federal e estadual.

Segundo o próprio governador Tarcísio Burity em seu discurso proferido no Ministério do Interior no momento da assinatura do convênio BIRD/CNDU com a prefeitura de Campina Grande, mediado pelo governo do estado e publicado no jornal A União em 06 de abril de 1980:

Fortalecer Campina Grande é fortalecer a Paraíba, num dos pontos mais essenciais que é o seu desenvolvimento econômico, pois Campina Grande que não exerce apenas uma posição de destaque no Estado, mas também no Nordeste, tem, nesse projeto, objetivos de um Prefeito que se preza e que deseja levar à sua comunidade, resultados dos mais auspiciosos.

**Figura 3** – O governador Tarcísio Burity, o prefeito Enivaldo Ribeiro na assinatura do convênio com o Ministério do Interior

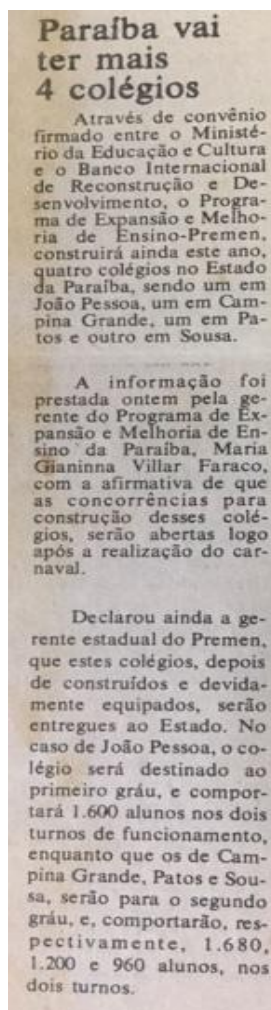


Fonte: Arquivo da pesquisa

## 4.2 A Escola Estadual de 2º Grau Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro

A Escola Estadual de 2º Grau Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro iniciou sua construção em 1978 de acordo com contrato de empreitada de nº 53/78- BIRD entre o Programa de Extensão e Melhoria do Ensino – PREMEN e a construtora Mota Machado LTDA disposto no Diário Oficial. As obras iniciaram em maio de 1978 com término previsto para maio de 1979 e foram investidos CR\$ 11.121.740,00 (Onze milhões, cento e vinte e um mil, setecentos e quarenta cruzeiros) para a construção da escola. Sua construção já estava prevista desde junho de 1975 juntamente com outras três escolas pertencentes ao mesmo programa: uma de 1º grau em João Pessoa e duas de 2º grau - uma em Patos e a outra em Souza.

**Figura 4** – Manchete do jornal A União de janeiro de 1978



Fonte: Arquivo da pesquisa

Em março de 1979, foi prorrogado o prazo de término da construção da escola, de acordo com o termo de aditamento publicado no diário oficial publicado em 13 de março do mesmo ano, pois foram modificados alguns materiais utilizados na obra como: mudança de muro de fechamento de tela, por muro em alvenaria de tijolo; aumento da potência do transformador de energia; tinta latéx no lugar de verniz nas esquadrias, entre outros serviços extras e modificações como visto nas imagens abaixo.

**Figura 5 – Termo de aditamento das obras da escola (parte I)**

#### Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 01 ao CONTRATO DE EMPREITADA Nº 53/78-BIRD, celebrado entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN e a firma CONSTRUTORA MOTA MACHADO LTDA. OBJETO: execução das obras de construção do Colégio Integrado do 2º Grau (CI-PB-2G-124), em Campina Grande - Paraíba. FINALIDADE: 1 - modificação de especificações de material 1.1 - troca de ferro fundido por PVC nas instalações hidrosanitárias - Crédito a favor do PREMEN Cr\$ 302.798,00; 1.2 - mudança do muro de fechamento em tela por muro em alvenaria de tijolo - preço do muro em tela Cr\$ 425.320,00; preço do muro em tijolo Cr\$ 351.210,00 ; crédito a favor do PREMEN Cr\$ 74.110,00 1.3 - substituição do verniz das esquadrias por tinta latex - despesa extra Cr\$ 20.832,00 1.4 - aumento da potência do transformador - despesa extra Cr\$

Fonte: Arquivo da pesquisa

**Figura 6 – Termo de aditamento das obras da escola (parte II)**

ção I — Parte I)

Março de 1979 3673

15.640,00. 2 - Serviços extraordinários: 2.1 - modificação do projeto de fundação Cr\$ 178.688,00 2.2 - instalação de serviço contra incêndio Cr\$ 35.400,00 2.3 - serviço adicional de instalação elétrica Cr\$ 54.977,00. Saldo em favor do PREMEN - Total do Crédito Cr\$ 376.908,00 - Total da Despesa Cr\$ 315.537,00 - Saldo Final Cr\$ 61.371,00. 3 - Prorrogação do prazo de execução dos serviços de 180 (cento e oitenta) para 210 (duzentos e dez) dias. 4 - Adequação do Cronograma Físico-Financeiro. 5 - Prorrogação do término da vigência do Contrato para o dia 05 de setembro de 1978. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO : - João Pessoa, 31 de maio de 1978. DATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: - D.O.U. de 06 de julho de 1978 , página 10448. DATA DA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO: - João Pessoa, 23 de fevereiro de 1979. ASSINATURAS: - Pery Porto - Coordenador da CA/PREME; Francisco Assis Machado Neto - Diretor da Construtora MOTA MACHADO LTDA.

Fonte: Arquivo da pesquisa



pacote de obras realizadas na cidade de Campina Grande, a escola trazia, além da ampliação da oferta de cursos profissionalizantes para a cidade, como também, traria melhorias para o bairro do catolé, como fluxo de transportes públicos e iluminação urbana e calçamento, que era uma queixa frequente dos alunos e funcionários da instituição. Segundo o Diário da Borborema do dia 02 de abril de 1980, a escola já estava em funcionamento, mas no seu exterior havia um matagal, não havia transporte para os alunos e não havia iluminação<sup>13</sup> e isso causava muitos transtornos, principalmente para os alunos do turno da noite.

**Figura 8** – foto da escola publicada em abril de 1980



Fonte: Arquivo da pesquisa

No dia 12 de abril de 1980 a escola foi oficialmente inaugurada e contou com a presença do Governador Tarcísio Burity, a secretária estadual de Educação Giselda Navarro Dutra, do Prefeito Enivaldo Ribeiro e da filha do Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro<sup>14</sup>, Molina Ribeiro, cujo pai foi homenageado dando nome à instituição, além da presença de alunos na cerimônia.

**Figura 9** – Presença do governador Burity na inauguração da escola em abril de 1980

---

<sup>13</sup> Curiosamente, um episódio semelhante foi registrado pela imprensa na Escola PREMEN na cidade de Patos em agosto de 1980;

<sup>14</sup> Advogado e jornalista influente na imprensa campinense. Fundou a Academia Paraibana de Letras com Matias Freire e Coriolano de Medeiros e era membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Faleceu em novembro de 1961 aos 66 anos.

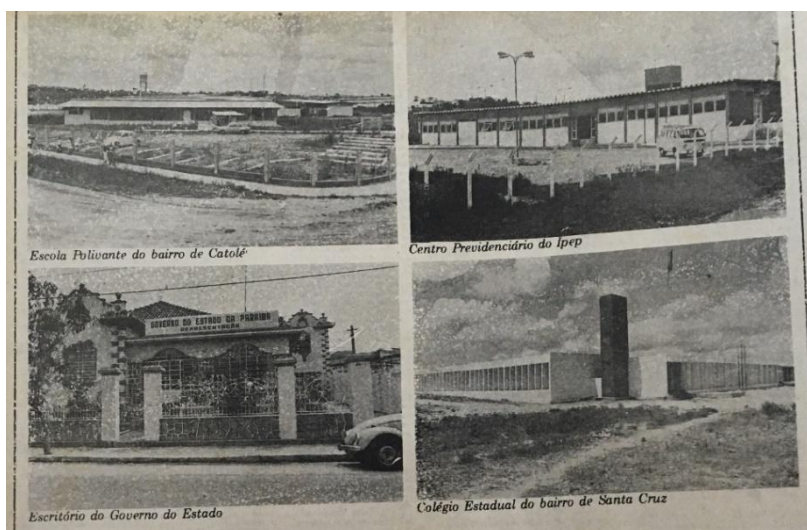


Fonte: Arquivo da pesquisa

O PREMEN, nome pelo qual a escola ficou conhecida, tinha como aspiração ser “um dos maiores e mais modernos estabelecimentos de ensino do Nordeste”, como foi dito em matéria do jornal A União em 11 de abril de 1980 ao anunciar a vinda do governador Burity para a sua inauguração. A instituição contava com 12 salas de aula, auditório, recreio coberto, quadra de esportes, laboratórios para aulas práticas, oficinas e dependências administrativas.

A escola fez parte de um pacote de obras realizadas em Campina Grande pelo governo do Estado como forma de ampliar a sua participação na cidade e fortalecer a aliança com o governo municipal. Entre as obras entregues no município estão a Escola de 1º grau Professor Raul Córdula localizada no bairro Santa Cruz; o Centro Previdenciário do IPEP no bairro Catolé e o Escritório do Governo do Estado como visto na imagem abaixo:

**Figura 10** - Manchete do jornal A União do dia 06 /04/1980



Fonte: Arquivo da pesquisa

#### 4.2.1 Designações de funcionamento do PREMEN na escola

De acordo com o as cláusulas do convênio celebrado entre o governo federal e o governo estadual, publicado em julho de 1975 no diário oficial, que o objetivo geral do programa seria proporcionar maiores oportunidades de acesso à escolarização para a população em idade escolar ao ensino de 1º e 2º graus.

Para alcançar esse objetivo seria necessário construir e equipar prédios e instalações educacionais, fornecer material didático necessário e desenvolver e aplicar um currículo moderno para as escolas.

Tratando dos materiais didáticos, estavam inclusos mobiliário (estantes, birôs, carteiras), livros, materiais de laboratórios (microscópios, lupas, densímetros) e ferramentas que seriam entregues as escolas pelo Ministério da Educação e Cultura e seriam utilizados no ensino regular e nos cursos profissionalizantes.

Em janeiro de 1980 foi noticiado pela imprensa a chegada de quase trinta toneladas de materiais enviados pelo MEC à escola e aguardavam mais três carretas de material para completar o mobiliário da instituição. Esse material chegou pouco antes do início da seleção dos alunos para o ingresso na escola e deveriam suprir a necessidade dos cursos de mecânica, eletricidade, comércio, administração e construção civil. As aula iniciariam no dia 11 de fevereiro, segundo a imprensa, e os cursos seriam definidos de acordo com a capacidade vocacional de cada um.

Como obrigação do Estado, o convênio dispõe que cabe ao governo do estado selecionar pessoal profissionalmente habilitado de acordo com o parecer do Conselho Federal de Educação 45/1972, assegurar que todo o pessoal docente, técnico e administrativo sejam treinados em cursos patrocinados pelo programa e tomar todas as providências possíveis para assegurar que os professores e administradores regime integral e salários e incentivos adequados.

Dito isto, em outubro de 1979 foram iniciados os cursos de Formação Especial do Currículo de 2º grau para docentes em conjunto com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Ceará (UFCE) com o objetivo de qualificação dos professores e abrangiam os cursos de licenciatura,

técnicas industriais, comerciais e serviços para atender às escolas PREMEN de Campina Grande, Souza e Patos, conforme pedia os termos do convênio e o parecer do CFE 45/72.

Em janeiro de 1980, 140 professores e técnicos-administrativos participaram de um curso de extensão realizado na UFPB com o intuito de treinar o planejamento do currículo de duas escolas PREMEN – Campina Grande e Souza – e os professores da universidade seriam os responsáveis por articular as temáticas do curso.

Durante o curso foram abordados diversos temas como: organização e funcionamento da escola e sua integração no sistema estadual de educação, legislação estadual, propostas curriculares, currículo de 2º grau na realidade educacional da Paraíba, planejamento integrado, montagem do planejamento de disciplinas: comunicação e expressão, estudos sociais e ciências.

Quanto à seleção dos professores, o único registro encontrado foi a menção em uma reportagem do jornal A União, sobre a realização de cadastramento de professores que seria realizado no prédio da 3ª Região de Educação localizada em Campina Grande.

Em relação à seleção dos alunos encontramos nos arquivos da escola as fichas de inscrição de alunos para ingresso na instituição onde constavam dados dos alunos e seus responsáveis e a informação do pagamento de uma taxa de 70 cruzeiros. Para a seleção era realizada uma pequena avaliação das disciplinas de comunicação e expressão e matemática, onde os alunos com as melhores notas<sup>15</sup> poderiam ingressar na instituição.

Ao ingressar na escola, a partir da sua capacidade vocacional, como dito anteriormente, os alunos cursavam além do ensino de 2º grau regular, poderiam optar por um curso profissionalizante ofertado pelo PREMEN<sup>16</sup>, como construção civil, comércio, eletricidade e mecânica. Os alunos foram divididos em: 3 turmas do primeiro ano; 3 turmas do segundo ano e mais 3 turmas do terceiro ano nos turnos

---

<sup>15</sup> Não encontramos registros das notas dos alunos nos testes de seleção ou qual seria a média para o ingresso. Na época em que esta pesquisadora realizou o teste para ingresso na escola (1999), a média para entrar era a nota 8,0.

<sup>16</sup> Aqui me refiro ao “apelido” da escola que ficou conhecida pelo programa e não pelo nome oficial.



da manhã, tarde e noite. Durante a pesquisa, pudemos perceber que alguns alunos já conciliavam trabalho e estudos, muitos na área de comércio do centro de Campina Grande, por isso a necessidade de turma no turno da noite.

Nos arquivos da escola, encontramos históricos dos alunos que ingressaram em 1980, mas nem todos eles ingressaram no primeiro ano. Havia turmas inteiras de ingressantes no terceiro ano (aproximadamente 60 alunos) e ingressantes no segundo ano<sup>17</sup>. Nas pastas de 1980, constam os alunos concluintes do terceiro ano, nas de 1981 encontramos os concluintes que ingressaram no segundo ano anterior.

Nas pastas de 1982 conseguimos maior êxito pois, pudemos encontrar os históricos dos alunos que estudaram os três anos do segundo grau na escola e aqueles que cursaram algum curso profissionalizante na instituição. Do que conseguimos encontrar, aproximadamente 20 alunos ingressaram no curso de construção civil.

De acordo com os históricos escolares<sup>18</sup>, os alunos que optaram por este curso, por exemplo, cursaram as disciplinas de topografia, técnico de materiais de construção, português técnico e desenho de construção civil, todas de acordo com o parecer do CFE 45/72, considerando que o currículo abarca as disciplinas obrigatórias do 2º grau e as disciplinas específicas dos cursos profissionalizantes, habilitando assim os alunos para o trabalho.

Outros pontos que nos chamaram atenção foram: 1 – um atestado de boa conduta constante nas fichas de matrícula dos alunos; 2- a quantidade de alunos dispensados das aulas de educação física, principalmente no turno da noite. Essa dispensa dessas aulas se devia aos alunos que trabalhavam no contra turno.

É interessante perceber que cerca de 40% dos alunos conciliavam o trabalho e os estudos, e eram provedores de sua própria família ou contribuíam na renda familiar na casa dos pais. Essa relação trabalho e educação observada nas fichas dos alunos confirma a teoria do discurso propagado durante o período: “Educação para o desenvolvimento”.

---

<sup>17</sup> Transferidos de outras escolas como Estadual da Prata, Colégio Alfredo Dantas, Colégio 11 de outubro e Escola Estadual Senador Argemiro de Figueiredo.

<sup>18</sup> Ver anexos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Escola Estadual de 2º Grau Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro, localizada na cidade de Campina Grande e fundada em abril de 1980, era permeada de mistérios já que não havia nenhum registro de como se deu a sua criação.

Construída como parte do programa PREMEN e fruto dos acordos MEC/USAID juntamente com os governos do estado e do município, esta instituição traz um novo e audacioso projeto de ser uma das maiores instituições de ensino do Nordeste, ampliando o número de acessos aos segundo grau e com equipamentos modernos.

Pensando na atuação desse programa na implementação e concepção de educação da escola, que nos aponta cada vez mais a certeza de que a educação para o trabalho era uma forma garantida de controle do Estado e da burguesia sobre a classe trabalhadora, mesmo estando nos anos finais da ditadura militar e caminhando para o processo de redemocratização política no país.

Entendemos que uma forma particular de memória são os registros escritos e vivências de itinerários de vida dos agentes de ensino e instituições educativas. É importante ressaltar que toda Instituição escolar tem densidade histórica, que depende do pesquisador registrar a contribuição por ela feita em sua trajetória na sociedade local, de maneira que se identifiquem nesta escola traços significativos da história pessoal do sujeito, mas também as contradições econômicas, políticas e sociais vividas por essa comunidade escolar.

Pensando nisso, tomamos por objeto desta pesquisa a atuação do Programa PREMEN na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro, localizada na cidade de Campina Grande. Para isso, buscamos no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e Fundação Casa de José Américo de Almeida, entre outros arquivos públicos, por fontes que nos direcionaram a construção da referida escola e nos baseamos no materialismo histórico-dialético para analisar o papel dessa escola como reflexo da sociedade em que se encontra.

Ao final desta pesquisa, pudemos perceber que as políticas educacionais da época estavam voltadas ao ensino profissionalizante a fim de diminuir o acesso dos

filhos da classe trabalhadora ao ensino superior para que não houvesse um excedente de profissionais de nível superior, e formassem mão-de-obra capaz de ocupar cargos de produção. Também percebemos que a parte dos alunos da escola conciliavam o trabalho no comércio (em sua maioria) com os estudos, exemplificando que a educação levaria a uma melhora de vida.

## REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica à teoria do capital humano. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1979.

BRASIL. Decreto Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: [www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br).

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Superior. Nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Decreto nº 63.914 de 26 de dezembro de 1968. Cria o PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio). Brasília: Senado Federal, Sub Secretaria de Informações. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicações.action?id=194725>.

BRASIL. Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicações.action?id=199928>.

\_\_\_\_\_. Reforma de 1º e 2º graus. Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: Estudos Históricos, v. 22, n. 43, Rio de Janeiro - RJ, jan./jun. 2009.

CUNHA, L. A. Política educacional: contenção e liberação. In: Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

CURY, C. R. J. As categorias. In: \_\_\_\_\_. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985. p. 21-52. (Coleção educação contemporânea)

FRIGOTTO, G (Org.). Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez

GASPAROTTO, A. "O terror renegado": uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975), 271f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, F. G. Latinoamérica y Estados Unidos (domínio, cooperación y conflicto). Madrid: Tecnos, 1975.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1984.

LIMA, D. Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa. Editora Universitária/ufpb, 2012.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Disponível em: [https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As\\_aparA\\_ncias\\_enganam-divergencias\\_entre\\_o\\_mhd\\_e\\_as\\_abordagens\\_qualitativas.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As_aparA_ncias_enganam-divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf)

NAPOLITANO, M. O Regime Militar Brasileiro 1964-1985. São Paulo: Atual, 1998.

PADRÓS, E. S.; FERNANDES, A. S. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, E. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A; FERNANDES, A. S. (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** História e Memória. Vol. 2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: CORAG, 2009.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. A Nova Lei da Educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, W. T. O valor econômico da educação. Tradução de P. S. Werneck. Revisão técnica de Calogeras A. Pajuba. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. O capital humano. Investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, A.F. O mel e o Fel de um ofício: Historias, Memorias e Narrativas de chapeados em Campina Grande nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de mestrado, UFCG, Campina Grande-PB, 2016.

SOUZA, M.I.S. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981

## **ARQUIVOS**

Arquivo Histórico Waldemar Duarte;

Fundação Casa de José Américo de Almeida;

Escola Estadual de 2º Grau Dr. Hortênsio de Sousa Ribeiro

## **JORNAIS**

A União – 06 janeiro de 1975

A União - 11 de outubro de 1979

A União – 25 de janeiro de 1980

A União – 10 de abril de 1980

Diário da Borborema – 02 de abril de 1980

Diário da Borborema -12 de abril de 1980

Anuário de Campina Grande – 1981

Anuário de Campina Grande - 1982

# ANEXOS

## Anexo I - Ficha de inscrição para teste de seleção para ingresso na escola

ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÕES DA UNIDADE ESCOLAR:

NOME DA ESCOLA Est. 2º G. Dr. Hortêncio de Sousa Ribeiro.

DECLARAMOS, para fins de prova junto à Comissão Executiva dos Exames de Seleção, que Erói Gomes da Silva responsável pela inscrição do (a) Aluno (a) Alvaro Leite da Silva.

apresentou os seguintes documentos:

Declaração da série que cursa, emitida pelo Diretor do estabelecimento de origem.

comprovação da renda familiar do pai ou responsável, cuja cópia xerox vai anexa a este formulário de inscrição.

Nº do CIC do pai ou responsável 020533574-87

Carteira da Associação dos Ex-combatentes ou documento com probatório.

comprovante da Taxa de Inscrição no valor de CR\$ 70,00.

Em virtude das informações prestadas e comprovadas pelo requerente, essa Unidade de Ensino inclui o candidato na seguinte Faixa - de Condição Sócio-Econômica:

60	50	40	30	20

Em, 21 / outubro 1980.

Secretário da Unid. Escolar  
Reg. nº \_\_\_\_\_

Administrador Escolar  
Reg. nº \_\_\_\_\_





Anexo III - histórico de aluno concluinte do curso de construção civil

2º GRAU	ÁREAS DE ESTUDO E DISCIPLINAS	APROVEITAMENTO								APROVEIT. APÓS RECUPERAÇÃO	MÉDIA FINAL	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	FREQUÊNCIA ANUAL				MÉDIA GLOBAL		
		BIMESTRE I				BIMESTRE II							AULAS DADAS	Nº DE FALTAS	FREQUÊNC.				
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º										
		R	R	R	R	R	R	R	R										
EDUCAÇÃO GERAL	LING. PORT. E LIT. BRASIL	65	80			65	50	NC		65	80	65	50	65					
	LÍNGUA ESTRANGEIRA <i>Ingles</i>	40	65	70		50	80	NC		55	65	50	80	63	65	10	67		
	EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90			80	60			90	90	80	60	80	90	06			
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA																		
	HISTÓRIA																		
	GEOGRAFIA																		
	O.S.P.B.																		
	ED. MORAL E CÍVICA																		
	ENSINO RELIGIOSO																		
	CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	75	70			70	50	NC		75	70	70	50	66	90	04		
		C.F. E BIOLÓGICAS																	
		FÍSICA	50	85	70	80	65				60	85	80	65	73	90	06		
		QUÍMICA	95	60			73	70			95	60	73	70	74	66	14		
		BIOLOGIA	72	65			47	65	NC		72	65	47	65	62	62	09		
		PROGRAMAS DE SAÚDE																	
		DIVERSIFICADAS	HISTÓRIA DA PARAÍBA																
		GEOGRAFIA DA PARAÍBA																	
	FORMAÇÃO ESPECIAL	INSTRUMENTAIS	<i>Português</i>											63	04				
		ESPECÍFICAS	<i>Vec. de anal. de const.</i>	73	60			70	60			73	60	70	60	66	164	27	
			<i>Desenho de const. civil</i>	60	72			65	80			60	72	65	80	69	165	27	
<i>Vapografia</i>			70	75			60	80			70	75	60	80	71	65	10		

OBSERVAÇÕES :  
*Total de aulas dadas = 920.*

1 - DATA  
 NOME  
 DATA  
 NACI  
 REGIST  
 ENDEREÇ  
 TEL : 3  
 PROFISSÃO  
 ESTADO CIV  
 DOR:  
 CART. DE TRAB  
 Nº  
 TÍTULO DE EL  
 CIDADE:  
 DADOS SOBRE O  
 NOME DO PAI  
 ADE 46  
 NÍVEL DE INSTRUÇÃO  
 PROFISSÃO: *Ag*  
 MENSAL  
 Mãe *Fran*  
 46 NATU  
 INSTRUÇÃO:  
*Pinjuba*  
 RESIDENCIAL  
*Pinjuba*

Anexo IV- ficha de matrícula com carimbo que atesta boa conduta do aluno

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICO-EDUCACIONAIS E CULTURAIS

**HISTÓRICO ESCOLAR** (MOD. 10) 2º GRAU

NOME DA ESCOLA: Escola Estadual de 2º Grau Dr. Hortêncio de S. Ribeiro  
 ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO: 8.386 de 26 de Fevereiro de 1980  
 ATO QUE AUTORIZOU O RECONHECIMENTO: -  
 DISTRITO GEO-ADMINISTRATIVO: 3ª MUNICÍPIO: Campina Grande  
 ENDEREÇO: Rua José Branco Ribeiro  
 BAIRRO: Latôli

Fone: -  
 Estado: PB

NOME DO ALUNO: Nivaldo de Souza Costa  
 SEXO: Masculino DATA DE NASCIMENTO: 04-01-1964  
 NATURAL DE: Boguinã  
 NOME DO PAI: Evaldo Costa Brasileiro  
 NOME DA MÃE: Francisca Nina Brasileiro Souza

**EDUCAÇÃO FÍSICA**

ANO	SÉRIE	EXAME BIOMÉTRICO		EXAME MÉDICO	APTIDÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA ANUAL	% FREQÜÊNCIA
		PESO	ALTURA				
1980	1ª	62K	1:68m	-	Apto	92	-
1981	2ª	-	-	-	Apto	90	-
1982	3ª	63K	1:68m	-	Apto	73	-

ESPAÇOS RESERVADOS PARA:

INSPETORIA TÉCNICA DE ENSINO

ATESTADO DE CONDUTA

Atestamos, nada constar nos arquivos desta Escola, em desabono a conduta física e moral do aluno.

Escola Estadual de 2º. Grau  
Dr. Hortêncio de Sousa Ribeiro

Em 25 / 01 / 1983

Francisca N. Souza  
Secretária

Anexo V- certificado de conclusão do 2 grau com habilitação do curso em construção civil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: do Paraná  
ESCOLA: Escola Estadual de 2º grau Dr. Antônio de Souza Ribeiro  
ENDEREÇO: Rua José Manoel Ribeiro Nº 100 BAIRRO: Costa  
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: 3º D.G.A.  
ATO QUE AUTORIZOU O FUNCIONAMENTO / Nº 2.386 de 26 de Fevereiro de 1980  
ATO QUE RECONHECEU O FUNCIONAMENTO / Nº -

CERTIFICADO

O ADMINISTRADOR ESCOLAR Sebastião de Vasconcelos Costa

DE ACORDO COM OS ARTIGOS 16 E 23, ALÍNEA A, DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971,  
CERTIFICA QUE

FILHO (A) DE Evaldo Costa Brasileiro NOME DO ALUNO Evaldo de Souza Costa  
E DE Francisca Elina Brasileiro Souza  
NASCIDO (A) EM 04 DE Janeiro DE 1964 EM Boqueirão ESTADO Paraná  
FOI CONSIDERADO (A) APROVADO (A) EM TODAS AS DISCIPLINAS DO CURSO Construção Civil  
NO 2º SEMESTRE / ANO LETIVO DE 1982, CONFERINDO-LHE O TÍTULO DE - - -  
- - -, ESTANDO APTO A REALIZAR O ESTÁGIO PROFISSIONAL E/OU PROSSEGUIR ESTUDOS À NÍVEL  
SUPERIOR.

Campina Grande 25-01-83  
LOCAL E DATA

Evaldo de Souza Costa  
ALUNO

Cláudia das Graças de Paula Calinaf  
SECRETÁRIO ESCOLAR - REGISTRO / Nº

Olga Maria de Andrade Pimentel  
ADMINISTRADOR ESCOLAR - REGISTRO / Nº